



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 2.142/2010

Dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade de excepcional interesse público, para a execução do Programa ProJovem Adolescente e do Programa ProJovem Trabalhador, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o poder Legislativo Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei, nos termos do inciso IX do artigo 37 da constituição Federal, combinado com o inciso VIII do artigo 221 da Lei Municipal nº 333/2000, de 19 de abril de 2000, autoriza a contratação de pessoal por prazo determinado, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SDS, para atender a necessidade de excepcional interesse público na implementação e execução do Programa Federal ProJovem Adolescente, regido pela Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem assim, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Trabalho e Turismo – SEDETUR, para atender a necessidade de excepcional interesse público na implementação e execução do Programa Federal ProJovem Trabalhador, regido pela Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º A contratação autorizada pelo artigo antecedente será precedida de seleção pública específica para esse fim, através de processos seletivos simplificados, devendo a referida contratação ser acompanhada por servidores efetivos respectivamente credenciados por cada uma das Secretarias.

Parágrafo único. Na hipótese de não preenchimento todas as vagas ofertadas por comprovada falta de candidatos, poderá ser contratado pessoal para complementar as vagas disponibilizadas, nas mesmas condições dos demais candidatos selecionados, devendo essa contratação ser precedida de análise da capacidade profissional, comprovada mediante avaliação do curriculum vitae e entrevista do candidato, cujos procedimentos ficarão a cargo de Comissão a ser constituída por membros de ambas as Secretarias, e de Comissão Estratégica dos Programas.

Art. 3º A contratação temporária de que trata esta Lei será formalizada mediante contrato administrativo a ser firmado entre a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG, esta representada pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, e o contratado.

§ 1º O prazo máximo das contratações por tempo determinado será de até 01 (um) ano, admitida a prorrogação do contrato por igual período de até mais 01 (um) ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 2º O pessoal contratado nos termos desta Lei fica restrito ao exercício das respectivas atribuições, consoante elencadas nos Anexo II e Anexo III da presente Lei.

§ 3º A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhará cópia de todos os contratos firmados para a Câmara Municipal de Novo Hamburgo.

Art. 4º Os contratos terão natureza jurídica administrativa, não gerando qualquer vínculo permanente, estabilidade, efetividade ou de emprego, e tampouco quaisquer direitos e vantagens elencadas legislação estatutária municipal ou pela legislação celetista.

Art. 5º As contratações observarão contrato-padrão estabelecido pela Administração, do qual constarão, além das demais cláusulas:

- I -** a fundamentação legal;
- II -** o prazo de início e término do contrato;
- III -** a função e correspondentes atribuições a serem desempenhadas;
- IV -** a remuneração;
- V -** a carga horária e turnos;
- VI -** a dotação orçamentária;
- VII -** a habilitação exigida para a função;
- VIII -** a expressa declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as normas disciplinares estabelecidas em lei e regulamentos, pelo contratado.

Art. 6º Somente poderão ser contratados os candidatos que comprovarem os seguintes requisitos:

- I -** ser brasileiro que preencha os requisitos estabelecidos em lei, assim como estrangeiro, na forma da lei;
- II -** ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III -** estar em gozo dos direitos políticos;
- IV -** estar quites com as obrigações eleitorais, e militares, quando homem;
- V -** ter boa conduta;
- VI -** gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência física incompatível com o exercício da função;
- VII -** possuir habilitação profissional exigida para o exercício da função, quando for o caso;
- VIII -** atender às condições especiais, prescritas em lei ou regulamento, para determinadas funções.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parágrafo único. O contratado assumirá o desempenho de suas funções no prazo convencionado no contrato, apresentando na oportunidade comprovação de suas condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das atribuições cometidas, consubstanciado em laudo de capacidade e sanidade exarado em inspeção médica realizada pela Administração, a qual suportará os custos despendidos para a realização da inspeção.

Art. 7º Os contratados estarão sujeitos aos mesmos deveres e proibições regulamentares vigentes para os demais servidores públicos municipais, no que couber.

Art. 8º Os contratados serão inscritos como contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, mediante as contribuições e custeio que lhes são afetos, em consonância com o estabelecido na legislação federal pertinente, sem qualquer vínculo estatutário ou celetista, com custeio, também, pela Administração, da correspondente parcela patronal, na forma da legislação previdenciária federal.

§ 1º O contratado fará jus a auxílio-transporte, pela utilização efetiva em despesas com deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho a residência, exclusivamente através do sistema de transporte coletivo público municipal de Novo Hamburgo, excluídos os serviços de transporte intermunicipal, seletivos e os especiais.

§ 2º O valor mensal do auxílio-transporte será equivalente à parcela que exceder a seis por cento da remuneração percebida pelo contratado, mesmo que o mesmo venha a efetivamente despendar montante superior com o seu deslocamento.

§ 3º O auxílio-transporte fica submetido ao regime do vale-transporte instituído pela Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, naquilo de couber, ficando sua concessão condicionada ao implemento das condições, pressupostos e limites definidos pelas disposições acima.

Art. 9º Aplica-se aos contratados, no que couber, o disposto nos incisos VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XXII, XXIII e XXX, todos do artigo 7º da Constituição Federal.

§ 1º Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo serviço, o contratado terá direito a férias, sem prejuízo de sua remuneração observados os seguintes critérios:

I - férias de 30 (trinta) dias, para o contratado que não contar com faltas injustificadas no serviço, durante o respectivo período aquisitivo;

II - férias de 25 (vinte e cinco) dias, para o contratado que não contar com mais de 01 (uma) falta injustificada no serviço, durante o respectivo período aquisitivo;

III - férias de 20 (vinte) dias, para o contratado que não contar com mais de 03 (três) faltas injustificadas no serviço, durante o respectivo período aquisitivo;

IV - férias de 15 (quinze) dias, para o contratado que não contar com mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no serviço, durante o respectivo período aquisitivo.

§ 2º Não fará jus a férias o contratado que faltar injustificadamente ao serviço por mais de 05 (cinco) dias, no respectivo período aquisitivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 3º É vedado descontar, no período de férias, as faltas do contratado ao serviço.

§ 4º Não terá direito a férias o contratado que, no curso do período aquisitivo, tiver gozado de licenças para tratamento de saúde, por acidente em serviço ou enfermidade profissional, por mais de 30 (trinta) dias.

§ 5º As férias serão obrigatoriamente concedidas nos 12 (doze) meses subsequentes ao decurso do período aquisitivo, e o respectivo período de gozo será único e ininterrupto.

§ 6º Por motivo de calamidade pública, comoção interna ou superior interesse público, a Administração poderá interromper o gozo de férias.

§ 7º A pedido escrito do contratado, e havendo interesse do serviço, a concessão das férias poderá subdividir-se em 02 (dois) períodos de no mínimo 10 (dez) dias.

§ 8º A concessão das férias, com indicação do respectivo período de gozo, será participado ao contratado, por escrito e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante protocolo de recebimento.

§ 9º Cabe à SDS e à SEDETUR, respectivamente, fixar, a seu exclusivo critério e no interesse do serviço, o período de gozo das férias a que fizer jus o contratado, observando a rotatividade anual da escala.

§ 10. O contratado perceberá durante as férias a remuneração integral a que fizer jus, acrescida de um terço.

§ 11. A remuneração a que fizer jus o contratado lhe será paga dentro dos 05 (cinco) dias anteriores ao início do respectivo gozo de férias, se dentro do mesmo exercício, vedada qualquer outra antecipação.

§ 12. O contratado demitido perceberá a remuneração das férias, acrescida de um terço, quando devida, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício no período aquisitivo, calculada até o mês de demissão.

§ 13. A critério da Administração poderá haver a conversão de até um terço do período total de férias a que fizer jus o contratado, em pagamento em pecúnia, ressalvadas aquelas hipóteses em que o mesmo não tenha adquirido o direito a gozo.

Art. 10. A gratificação natalina a que fizer jus o contratado, corresponderá à décima-terceira remuneração anual, objetiva atender ao mandamento constitucional pertinente ao décimo-terceiro salário, e terá como base a remuneração a que o contratado tiver direito no mês de dezembro do ano respectivo, a razão de um doze avos para cada mês de efetivo exercício no mesmo ano.

§ 1º Considerar-se-á como mês integral, para todos os efeitos, o período de efetividade igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º A gratificação natalina será paga, observadas as condições acima enunciadas, até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 3º Até o mês de novembro de cada ano poderá ser pago, como adiantamento, seis doze (6/12) avos da décima-remuneração, desde que expressamente solicitado por escrito pelo contratado, até o último dia útil do mês de julho do correspondente ano, ou de ofício pela Administração.

§ 4º Aos contratados admitidos no decorrer do ano será paga gratificação natalina proporcional aos meses de efetivo exercício.

§ 5º O contratado demitido perceberá sua gratificação natalina, quando devida, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício no ano, calculada até o mês da demissão.

§ 6º A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

Art. 11. Dar-se-á a rescisão antecipada ou unilateral do contrato:

- I - a pedido do contratado;
- II - por conveniência da Administração, a juízo da autoridade contratante;
- III - quando o contratado incorrer em qualquer falta disciplinar ou regulamentar.

§ 1º Na hipótese do inciso II acima, o contratado terá direito ao pagamento de indenização correspondente ao valor da última remuneração mensal.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I e III supra, exceção da remuneração mensal proporcional aos dias trabalhados dentro do mês, nenhuma outra paga será concedida ao contratado, a qualquer título ou forma, tornando-se inexigível qualquer parcela ou indenização.

Art. 12. É vedado atribuir ao contratado encargos ou serviços diversos daqueles constantes do contrato, bem como designações especiais, nomeações acumuladas para Cargos em Comissão, funções de confiança, licenças, afastamentos ou concessões, gratificações ou adicionais, ou quaisquer outras vantagens privativas de servidores investidos no Serviço Público Municipal.

Art. 13. É vedada a contratação, nos termos desta Lei, de servidores ou empregados que mantenham vínculo com a Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como empregados ou servidores de suas autarquias, fundações públicas, e/ou respectivas empresas estatais, sob pena de nulidade do contrato e apuração da responsabilidade administrativa do contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução de valores pagos ao contratado, se por culpa deste.

Parágrafo único. A proibição prevista neste artigo não se aplica àqueles casos em que o contratado ocupe cargo, emprego ou função de natureza técnica ou científica ou de professor, e comprove a compatibilidade de horários com o cargo acumulável.

Art. 14. A autorização para contratação por tempo determinado de pessoal alcança, exclusivamente, as funções e vagas elencadas pelos Anexo II e Anexo III da presente Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 15. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

§ 1º Para suportar as despesas previstas nesta Lei com o Programa ProJovem Adolescente, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar dotações orçamentárias próprias, previstas na Lei Municipal n.º 2.096/2009, de 24 de dezembro de 2009, mediante decreto executivo para abertura de crédito adicional especial e/ou suplementar, no montante de até R\$ 416.256,00 (quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e seis reais), conforme preconizado pelo Anexo I desta Lei.

§ 2º Para suportar as despesas previstas nesta Lei com o Programa ProJovem Trabalhador, serão alocadas as dotações autorizada pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2.119, de 31 de março de 2010.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA "VICTOR HUGO KUNZ", aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano de 2010.


JESUS MACIEL MARTINS,
Presidente.